

CARGO:

AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

Área: Apoio Técnico e Administrativo

Especialidade: Tecnologia da Informação

Prova Objetiva P_1 e Prova Discursiva P_3

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e em seu caderno de textos definitivos. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva P_1 , e a prova discursiva P_3 , acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Um chefe é uma pessoa que precisa de outras.

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para textos definitivos.
- 5 Durante a realização das provas, não será permitida a consulta a qualquer material, inclusive códigos e(ou) legislação, que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 6 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 7 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 8 Nenhuma folha deste caderno de provas ou do caderno de textos definitivos poderá ser destacada.
- 9 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

PROVA OBJETIVA P₁ – CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A multiplicidade dos seres humanos traduz-se por uma
forma de ordem singular. O que há de único na vida em comum
dos homens gera realidades particulares, especificamente
4 sociais, que são impossíveis de explicar ou compreender a
partir do indivíduo. A língua é uma boa ilustração disso. Que
impressão nos causaria descobrir, ao acordarmos numa bela
7 manhã, que todos os outros homens falam uma língua que não
compreendemos? Sob uma forma paradigmática, a língua
encarna esse tipo de dados sociais, que pressupõem uma
10 multiplicidade de seres humanos organizados em sociedades e
os quais, ao mesmo tempo, não param de se reindividualizar.
Esses dados como que se reimplantam em cada novo membro
13 de um grupo, norteiam seu comportamento e sua sensibilidade,
e constituem o *habitus* social a partir do qual se desenvolverão
nele os traços distintivos que o contrastarão com os outros no
16 seio do grupo. O modelo linguístico comum admite variações
individuais, até certo ponto. Mas, quando essa individualização
vai longe demais, a língua perde sua função de meio de
19 comunicação dentro do grupo. Entre outros exemplos, citemos
a formação da consciência moral, das modalidades de controle
de pulsões e afetos numa dada civilização, ou o dinheiro e o
22 tempo. A cada um deles correspondem maneiras pessoais de
agir e sentir, um *habitus* social que o indivíduo compartilha
com outros e que se integra na estrutura de sua personalidade.

Norbert Elias. *Sobre o tempo*. Vera Ribeiro (Trad.).
Jorge Zahar editor, 1998, p.19 (com adaptações).

No que se refere à organização das ideias e à estrutura do texto acima, julgue os itens de 1 a 6.

- 1 Nas linhas de 5 a 8, o texto apresenta, em forma de pergunta, uma hipótese que, no restante da argumentação, se mostra uma justificativa para a ideia de que a individualização tem limites socialmente colocados.
- 2 O uso da preposição **De** em lugar de “Sob” (l.8) alteraria as relações de significação entre os termos da oração e, por isso, prejudicaria a coerência entre os argumentos do texto.
- 3 Depreende-se da argumentação que as “realidades particulares” (l.3) são “impossíveis de explicar ou compreender” (l.4) porque a formação da consciência moral integra a estrutura da personalidade de cada um, individualmente.

- 4 A flexão de masculino em “os quais” (l.11) mostra que essa expressão retoma um referente masculino plural e não “sociedades” (l.10). O seu emprego, no texto, evita uma possível ambiguidade que poderia ser provocada pelo emprego do pronome **que**.
- 5 A retirada do pronome em “se reindividualizar” (l.11) provocaria erro gramatical e incoerência textual, pois não se explicitaria o que seria reindividualizado.
- 6 Na linha 22, a flexão de plural em “correspondem” mostra que, pela concordância, se estabelece a coesão com “maneiras”; mas seria igualmente correto e coerente estabelecer a coesão com “cada um”, enfatizando este termo pelo uso do verbo no singular: **corresponde**.

1 A experiência cultural das sociedades, em nossa
época, é cada vez mais moldada e “globalizada” pela
transmissão e difusão das formas significativas, visuais e
4 discursivas, via meios de comunicação de massa. Conquanto o
desenvolvimento dos meios de comunicação tenha tornado
absolutamente frágeis os limites que separavam o público do
7 privado, assiste-se hoje a uma nova tendência de politização e
visibilidade do privado, com a estruturação de novas relações
familiares, bem como à privatização do público. Faz-se
10 necessário frisar que o imaginário social acompanha
lentamente essa evolução, nem sempre aceitando o rompimento
dos costumes fortemente arraigados.

Vera Lúcia Pires. *A identidade do sujeito feminino: uma leitura das desigualdades*. In: M. I. Ghilardi-Lucena (Org.). *Representações do feminino*. PUC: Átomo, 2003, p. 209 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos à organização das ideias no texto acima e aos seus aspectos gramaticais.

- 7 Na linha 9, o uso do sinal indicativo da crase em “à privatização” mostra que o conectivo “bem como” introduz um segundo complemento ao verbo **assistir**.
- 8 Na linha 10, a flexão de masculino em “necessário” estabelece concordância desse termo com “imaginário social”; no desenvolvimento da argumentação, essa relação sintática enfatiza “imaginário social” como o primeiro termo na comparação com “evolução” (l.11).
- 9 De acordo com a argumentação, os “costumes fortemente arraigados” (l.12) referem-se às “relações familiares” (l.8-9).
- 10 A estrutura sintática iniciada por “Conquanto” (l.4) é responsável pelo uso do modo subjuntivo em “tenha” (l.5); por isso, a substituição dessa forma verbal por **tem** desrespeita as regras gramaticais do padrão culto da língua.

1 Nas sociedades modernas, somos diariamente
confrontados com uma grande massa de informações. As novas
questões e os eventos que surgem no horizonte social
4 frequentemente exigem, por nos afetarem de alguma maneira,
que busquemos compreendê-los, aproximando-os daquilo que
já conhecemos. Estas interações sociais vão criando “universos
7 consensuais” no âmbito dos quais as novas representações vão
sendo produzidas e comunicadas, passando a fazer parte desse
universo não mais como simples opiniões, mas como
10 verdadeiras “teorias” do senso comum, construções
esquemáticas que visam dar conta da complexidade do objeto,
facilitar a comunicação e orientar condutas. Essas teorias
13 ajudam a forjar a identidade grupal e o sentimento de
pertencimento do indivíduo ao grupo.

Essa análise permite, ainda, abordar um outro ponto:
16 a caracterização dos grupos em função de sua representação
social. Isto quer dizer que é possível definir os contornos de
um grupo, ou, ainda, distinguir um grupo de outro pelo estudo
19 das representações partilhadas por seus membros sobre um
dado objeto social. Graças a essa reciprocidade entre uma
coletividade e sua teoria, esta é um atributo fundamental na
22 definição de um grupo.

Alda Judith Alves-Mazzotti. **Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação.** In: *Revista Múltiplas Leituras*, v. 1, n.º 1, 2008, p. 18-43. Internet: <www.metodista.br> (com adaptações).

A respeito da organização dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto apresentado, julgue os itens que se seguem.

- 11 Por meio da oração iniciada por “passando” (ℓ.8), atribui-se uma causa para a dinâmica das interações sociais expressas nas orações iniciais do período.
- 12 Depreende-se do desenvolvimento do texto que os fragmentos “representações partilhadas” (ℓ.19) e “sobre um dado objeto social” (ℓ.19-20) são interpretados como diferentes porque partem de teorias que os caracterizam como diferentes.
- 13 Na linha 20, já que a estrutura sintática exige a preposição **a**, a ausência de sinal indicativo da crase em “a essa reciprocidade” mostra que, por causa da presença do pronome demonstrativo “essa”, o artigo não é aí usado.
- 14 Pelo uso do pronome “esta” (ℓ.21), indica-se na argumentação que o “atributo fundamental na definição de um grupo” (ℓ.21-22) é a teoria, não a reciprocidade ou a coletividade.
- 15 O uso da flexão de terceira pessoa do plural em “afetarem” (ℓ.4) estabelece a relação desse verbo com “novas questões e os eventos” (ℓ.2-3).
- 16 A flexão de masculino nos pronomes em “compreendê-los” e “aproximando-os”, ambos na linha 5, mostra que esses pronomes remetem a “eventos” (ℓ.3); mas, como o sujeito da oração se inicia pela qualificação de “questões” (ℓ.3), seria coerente ressaltar, na argumentação, o referente “questões”, fazendo-se uso da concordância no feminino.

1 A relação de poder e *status* entre grupos está ligada à
identidade social, que permite ao grupo dominante na
sociedade, por deter o poder e o *status*, impor valores e
4 ideologias, que, por sua vez, servem para legitimar e perpetuar
o *status quo*. Vale lembrar que os indivíduos nascem já
inseridos em uma estrutura social e, simplesmente em função
7 do sexo ou da classe social, entre outros itens, são colocados
em um ou em outro grupo social. Dessa forma, adquirem as
categorias sociais definitivas dos grupos aos quais pertencem
10 e que podem ter valores sociais positivos ou negativos. Os
membros dos grupos dominantes e de *status* superior passam
a ter identidade social positiva e maior grau de autoestima. Da
13 mesma forma, os membros de *status* inferior ou de grupos
subordinados têm ou adquirem identidade social menos
positiva e menor autoestima. Entretanto, se a mobilidade para
16 uma classe superior parece impossível e os membros do grupo
inferior percebem as fronteiras entre os grupos como
impenetráveis, eles podem vir a adotar estratégias coletivas
19 para criar uma identidade social mais positiva para o seu grupo.
Tais mudanças são denominadas mudanças sociais.

Astrid N. Sgarbieri. **A mulher brasileira: representações na mídia.** In: M. I. Ghilardi-Lucena (Org.). **Representações do feminino.** PUC: Átomo, 2003, p. 128-9 (com adaptações).

Com referência à organização dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 17 A preposição **a**, em “aos quais” (ℓ.9), estabelece relações sintático-semânticas com o verbo **pertencer**; por tal motivo, essa preposição não poderia ser omitida no período, mesmo se o pronome fosse substituído por **a que**.
- 18 A expressão verbal “podem vir a adotar” (ℓ.18) indica uma possibilidade e uma continuidade da ação que o simples uso de “adotar” não indicaria; por essa razão, as ideias de possibilidade e de continuidade seriam incorporadas a essa expressão, sem prejudicar as relações semânticas nem a correção gramatical do texto, se fosse usada a forma verbal **viriam adotando**.
- 19 A expressão “Tais mudanças” (ℓ.20) retoma e resume a ideia de criação de uma identidade social mais positiva por meio de estratégias coletivas.
- 20 O desenvolvimento das ideias no texto permite considerar mais de uma “relação de poder e *status* entre grupos” (ℓ.1); por isso, estaria coerente e gramaticalmente correto iniciar o parágrafo empregando-se o plural, mediante a substituição do trecho “A relação de poder” (ℓ.1) por **As relações de poder**.

1 A organização da sociedade em movimentos sociais
 é inerente à sua estrutura de poder. O teatro teve, na Grécia
 antiga, o papel político de dotar a população de razão crítica
 4 por intermédio de uma expressão estética. Mas os movimentos
 sociais adquirem ao longo da história distintas expressões:
 estética, religiosa, econômica, ecológica etc. A partir do século
 7 um, o Império Romano teve suas bases solapadas por um
 movimento social de caráter religioso — o Cristianismo —,
 que se recusou a reconhecer a divindade de César e propalou
 a radical dignidade de todo ser humano. Desde a Revolução
 10 Francesa, a sociedade civil passou a se mobilizar mais
 frequentemente em movimentos sociais. Porém, é recente a
 13 noção de que a sociedade civil deve se organizar para
 pressionar o poder público, e não necessariamente almejar
 também a tomada de poder. Isso ensejou o caráter
 16 multifacetado dos movimentos de indígenas, negros, mulheres,
 migrantes, homossexuais etc. e o fato de constituírem
 instâncias políticas nem sempre partidárias. É o fenômeno
 19 recente do *empoderamento* da sociedade civil, que, quanto
 mais forte, mais logra transmutar a democracia meramente
 representativa em democracia efetivamente participativa.

Frei Beto. Valores que constroem a cidade. In: Correio
 Braziliense, 25/6/2010 (com adaptações).

A partir das estruturas linguísticas que organizam o texto acima,
 julgue os itens subsecutivos.

- 21 O uso das letras iniciais maiúsculas em “Império Romano”
 (ℓ.7), “Cristianismo” (ℓ.8) e “Revolução Francesa” (ℓ.10-11)
 são exemplos de que substantivo usado para designar ente
 singular deve ser grafado com inicial maiúscula, como, por
 exemplo, **Lei n.º 8.888/1998**.
- 22 Na linha 8, os travessões duplos têm a função de destacar a
 inserção, “o Cristianismo”, e a vírgula, a função de separar a
 oração que serve de explicação ao “movimento social”; por
 isso, o uso de vírgulas, em lugar dos travessões, para destacar
 a inserção respeitaria as regras gramaticais, mas deixaria de
 marcar todas as relações significativas do texto.
- 23 Na organização do texto, o pronome “Isso” (ℓ.15) retoma as
 ideias da argumentação anterior, especialmente a de que, a
 partir da Revolução Francesa, os movimentos sociais tornaram-
 se mais frequentes.
- 24 É coerente com a argumentação do texto interpretar
 “mais forte” (ℓ.20) como uma qualidade de “sociedade
 civil” (ℓ.19); mas é igualmente correto interpretar essa
 expressão como referente a “fenômeno” (ℓ.18) ou
 “*empoderamento*” (ℓ.19).
- 25 De acordo com a organização das ideias no texto, por seu
 objetivo, o “teatro” (ℓ.2) grego constitui um exemplo de
 movimento social inerente à “estrutura de poder” (ℓ.2) da
 sociedade.
- 26 Por introduzir uma enumeração explicativa, o sinal de
 dois-pontos na linha 5 admite a substituição por vírgula sem
 prejudicar a coerência textual nem desrespeitar as regras
 gramaticais.

Considerando que a redação de documentos oficiais deve
 caracterizar-se, segundo o **Manual de Redação da Presidência da
 República**, pela impessoalidade, uso do padrão culto da linguagem,
 clareza, concisão, formalidade e uniformidade, julgue os seguintes
 itens, a respeito da elaboração de documentos.

- 27 Em documentos que admitem tópicos ou enumerações em seu
 corpo, como relatórios, por exemplo, seria correto apresentar
 a estrutura e a organização sintática abaixo.

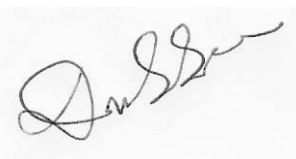
De acordo com a análise dos documentos apresentados,
 a) a prestação de contas de 2007 conflita com a dotação
 prevista para aquele ano;
 b) destinar-se recursos públicos para pagamentos não
 autorizados incorre em desrespeito à Constituição;
 c) quanto ao detalhamento das despesas, sugere-se uma
 investigação mais detalhada.

- 28 Respeita os quesitos de clareza, objetividade e uso do padrão
 culto da língua portuguesa o seguinte parágrafo em um
 documento oficial.

Tratam-se de irregularidades referentes à execução do
 convênio 333-44/08, tendo por objeto a construção de um
 ginásio de esportes na cidade de XYYYY, que vem sendo
 insistentemente denunciadas na mídia impressa e televisiva
 sem que os poderes municipais tomem providências.

- 29 O seguinte formato de final de documento está correto para
 documentos como pareceres, relatórios, laudos ou atestados.

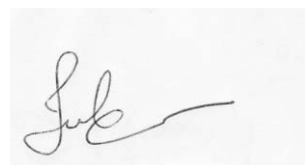
Brasília, 31 de fevereiro de 2010.



Dino Soares da Silva

- 30 Um documento como ofício ou memorando, enviado de um
 auditor para seu chefe, deve receber o fecho a seguir.

Com protestos de estima e consideração.
 Atenciosamente,



Fulano de Tal

Considerando as normas constitucionais relativas a controle externo, julgue os itens a seguir.

- 31 O Supremo Tribunal Federal não se sujeita a controle externo exercido pelo Congresso Nacional.
- 32 No caso de o diretor de órgão público não atender à determinação do TCU para anular um ato, competirá ao próprio TCU sustar a execução do ato impugnado.
- 33 O correto funcionamento de um sistema de fiscalização exercida pelo controle interno de determinada empresa pública dispensa a atuação do controle externo sobre aquela entidade.
- 34 Comissão permanente do Senado Federal tem legitimidade para requerer ao TCU a realização de inspeção.

De acordo com a Declaração de Lima, julgue os próximos itens, acerca das diretrizes para preceitos de auditoria. Nas situações em que for utilizada, considere que a sigla EFS se refere a entidade fiscalizadora superior.

- 35 Segundo a declaração em apreço, uma EFS deve gozar de independência funcional e organizacional necessária para desempenhar suas tarefas. Apesar disso, entender que tal instituição, como parte do Estado, não pode ser completamente independente.
- 36 A Declaração de Lima admite que a execução da pré-auditoria seja realizada por EFS ou por outras instituições de auditoria.
- 37 As EFSs prestam serviços de auditoria externa.
- 38 De acordo com a referida declaração, uma EFS deve auditar a legalidade e a regularidade da gestão financeira e da contabilidade. Essa declaração, entretanto, não cita como atribuição das EFSs a auditoria operacional, a qual consta na Constituição Federal brasileira.

Com relação à Lei Orgânica do TCU — Lei n.º 8.443/1992 —, julgue os itens de 39 a 44.

- 39 Na prestação de contas, o administrador público deve incluir somente os recursos orçamentários e os extraorçamentários geridos pela sua unidade.
- 40 Ao descumprir norma procedimental expedida pelo TCU, o administrador público está sujeito a sofrer pena de responsabilidade.
- 41 Quem apenas dá causa ao extravio de um bem público, causando dano ao erário, não se submete à jurisdição do TCU.

- 42 A decisão do TCU que ordena o trancamento das contas consideradas iliquidáveis classifica-se como definitiva.
- 43 As contas de um administrador que apresentem falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário devem ser tratadas pelo TCU como irregulares com ressalva.
- 44 O TCU deve dar quitação plena ao administrador cujas contas sejam julgadas regulares.

Julgue os seguintes itens, acerca do Regimento Interno do TCU.

- 45 Recurso de revisão interposto por agente público contra decisão de uma câmara do TCU deve ser examinado pela própria câmara.
- 46 A deliberação sobre processo comum de prestação de contas já instruído cabe à respectiva câmara do TCU.
- 47 O vice-presidente do TCU exerce, concomitantemente, a presidência da primeira e da segunda câmara e as funções de corregedor.
- 48 Se um auditor federal de controle externo é designado para auditar determinada sociedade de economia mista, em regra, o TCU pode atribuir-lhe poderes de amplo acesso aos sistemas eletrônicos de processamento de dados.
- 49 Ao tomar conhecimento de irregularidade que deva ser comunicada a superior hierárquico, o dirigente máximo do Ministério Público junto ao TCU deve reportar-se ao procurador-geral da República.
- 50 Na hipótese de o Senado Federal solicitar ao TCU exame de matéria sobre a exploração de petróleo na camada do pré-sal, devido ao interesse da União, caberá à câmara a que está afeta o Ministério de Minas e Energia deliberar sobre a solicitação.

A respeito dos princípios constitucionais aplicados ao direito administrativo, julgue os itens que se seguem. Nas situações em que for empregada, considere que a sigla CF se refere à Constituição Federal de 1988.

- 51 Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade estão expressos no texto da CF.
- 52 A CF confere aos particulares o poder de exigir, por meio da ação popular, que a administração pública respeite o princípio da moralidade.
- 53 O princípio da autotutela possibilita à administração pública anular os próprios atos, quando possuírem vícios que os tornem ilegais, ou revogá-los por conveniência ou oportunidade, desde que sejam respeitados os direitos adquiridos e seja garantida a apreciação judicial.

Julgue os próximos itens, relativos à organização administrativa da União.

- 54 A consolidação de uma empresa pública efetiva-se com a edição da lei que autoriza a sua criação.
- 55 É de competência da justiça federal processar e julgar, nos litígios comuns, as causas em que as autarquias federais sejam autoras, rés, assistentes ou oponentes.
- 56 As autarquias e as fundações públicas são consideradas entidades políticas.

Julgue os itens seguintes, referentes aos atos administrativos.

- 57 Sempre que a lei expressamente exigir determinada forma para que um ato administrativo seja considerado válido, a inobservância dessa exigência acarretará a nulidade do ato.
- 58 O Poder Judiciário pode, de ofício, apreciar a validade de um ato administrativo e decretar a sua nulidade, caso seja considerado ilegal.
- 59 Em processo administrativo disciplinar, a remoção de ofício de um servidor pode ser utilizada como forma de punição.

A respeito dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

- 60 A CF assegura ao servidor público o direito ao salário mínimo nacionalmente unificado, sendo considerada, para tanto, a remuneração do servidor, e não apenas o seu vencimento básico.
- 61 O servidor ocupante de cargo comissionado que comete infração funcional deve sofrer destituição, após processo administrativo disciplinar em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Julgue os itens subsequentes, que se referem aos serviços públicos.

- 62 Toda concessão de serviço público terá de ser objeto de licitação prévia na modalidade de concorrência.
- 63 O serviço de promoção da proteção do patrimônio histórico-cultural local é de competência dos estados-membros e do Distrito Federal.
- 64 Os serviços públicos não essenciais, em regra, são delegáveis e podem ser remunerados por preço público.

Com relação ao processo administrativo no âmbito da administração federal, julgue os itens que se seguem.

- 65 A suspeição gera presunção relativa de incapacidade, mas o defeito é sanado se o interessado não alegar no momento oportuno.
- 66 As normas previstas na Lei n.º 9.784/1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da administração federal, são aplicáveis apenas à administração federal direta.

1 Information is a cornerstone of political education and socialization. The ability to find out about issues of public importance, and the capacity to inform oneself about the
4 workings of government and its policies are examples of how information can be essential to the education of the informed and responsible citizen. Yet in this era of information overload,
7 the subtle but vital difference between information and knowledge needs to be drawn in order to create virtual places that promote political education in the broadest sense. It is not,
10 in fact, information per se which is useful but knowledge, information which has been distilled and contextualized so that it can impart meaning.

13 The Internet is the ultimate reference library, chock-full of data supplied by individuals and institutions from around the world, usually for the free use of all comers. The danger of the
16 Internet is that it threatens to overwhelm us with so much information that, instead of democratizing and enriching our political lives, it is actually drowning us in irrelevancies.
19 Internet users know well that the abundance of informational riches can have a paralytic effect, rendering the viewer helpless to find anything. The huge quantity of information available
22 creates an inverse relationship between speaking and listening, between information and understanding. The more people speak, the fewer people will actually be heard. In fact, the
25 deluge of data ensures that we cannot find anything. It has also the effect of making us even more dependent than in the days before the flood on unaccountable, commercialized search tools
28 and information filters to sort information and make it meaningful. Although these editors are machines, they are not neutral. The values and choices are embedded deep within the
31 code and often not obvious to the user.

Beth Simone Noveck. *Paradoxical partners: electronic communication and electronic democracy*. In: Peter Ferdinand (Ed.). *The Internet, democracy, and democratization*. London: Frank Cass/Routledge, 2000, p. 23-4 (with adaptations).

Based on the text above, judge the following items.

- 67 The expression “chock-full” (l.13) means **completely full or full to the limit**.
- 68 In the text, the expressions “comers” (l.15) and “Internet users” (l.19) refer to the same kind of people: those who access the Internet for information.
- 69 In “it is actually drowning us in irrelevancies” (l.18), “it” refers to “The danger of the Internet” (l.15-16).
- 70 In line 27, “unaccountable” is the same as **innumerable**.
- 71 The author sees information as having a fundamental function in the political life within a society.
- 72 There are reasons to doubt the reliability of the Internet as a source of useful, relevant and neutral information.
- 73 The difference between information and knowledge should not be taken into account in the promotion of political education for that distinction is too subtle.
- 74 The Internet has caused people to become dependent on devices and machines which sort information based on value-free principles.
- 75 The Internet creates a balanced relationship between speaking and listening.

No que se refere às normas aplicáveis às licitações, julgue os itens subsequentes.

- 76** É dispensável licitação para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, ao fornecedor original de tais equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- 77** Os trabalhos relativos à fiscalização, à supervisão ou ao gerenciamento de serviços não são considerados serviços técnicos profissionais especializados para os fins da Lei de Licitações.
- 78** A legislação de regência admite que a administração pública inclua no objeto da licitação o fornecimento de materiais e serviços sem a previsão de quantidades.
- 79** Na hipótese de as obras, os serviços ou as compras efetuados pela administração pública serem parcelados, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto da licitação.
- 80** É inexigível licitação para a prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno por órgãos ou entidades que integrem a administração pública criados para esse fim específico.

Julgue os itens que se seguem de acordo com as normas aplicáveis aos contratos no âmbito da administração pública.

- 81** Se o convocado não assinar o termo de contrato, a administração pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para esse fim, no prazo e nas condições por eles apresentadas nas respectivas propostas.
- 82** O regime de execução ou a forma de fornecimento constitui cláusula necessária em todo contrato firmado pela administração pública.
- 83** Quando regidos pela Lei n.º 8.666/1993, os contratos relativos ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática devem ter duração adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

Julgue os próximos itens quanto às normas relativas à contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo poder público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

- 84** É considerado comum o bem ou o serviço de informática e automação cuja especificação estabeleça padrão objetivo de desempenho e qualidade e que seja capaz de ser atendida por vários fornecedores, ainda que existam outras soluções disponíveis no mercado.
- 85** Se determinado órgão público desencadear procedimento licitatório para a aquisição de bens e serviços de tecnologia da automação, e o instrumento convocatório, contudo, não contemplar exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos correspondentes tributos de importação, o edital respectivo contrariará disposição legal expressa, já que a comprovação da origem dos aludidos bens e da quitação dos tributos figura entre os requisitos que devem constar obrigatoriamente do instrumento convocatório.
- 86** A administração pública agirá em estrita consonância com as disposições legais se, para adquirir bens e serviços de informática e automação, adotar, na licitação, o critério de julgamento técnica e preço e utilizar a modalidade convite sob o fundamento de que os valores envolvidos são de pequeno porte.

A respeito da modalidade de licitação denominada pregão, julgue os seguintes itens.

- 87** Pela sua própria natureza e finalidade, o pregão não admite a participação de empresas estrangeiras.
- 88** É vedada a exigência de garantia de proposta no pregão.

A respeito dos atos normativos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), julgue os itens a seguir.

- 89** Atenderá aos atos normativos do MPOG a contratação, por órgão público, de suporte técnico para os seus processos de planejamento e avaliação da qualidade dos serviços de tecnologia da informação, desde que sob a supervisão exclusiva de servidores do órgão.
- 90** A contratação por determinado órgão público de empresa para realizar os serviços de execução e de fiscalização referentes ao mesmo objeto será legítima por atender ao interesse público com maior eficiência.
- 91** As atividades de informática, como as de telecomunicações, devem ser, de preferência, objeto de execução indireta.
- 92** A administração pública pode celebrar um único contrato tendo por objeto mais de uma solução de tecnologia da informação.

Julgue os itens seguintes, relativos à elaboração e à fiscalização de contratos, bem como ao papel do preposto do contratado.

- 93** O contratado deve manter preposto aceito pela administração pública no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.
- 94** O controle de despesas provenientes dos contratos é feito pelo tribunal de contas competente, sem prejuízo do sistema de controle interno.
- 95** A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial é condição indispensável à sua eficácia.
- 96** A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão público interessado reduzirá a responsabilidade da empresa contratada pelo poder público quando esta, por dolo ou culpa na execução do contrato, causar prejuízo a terceiros.

Julgue os itens subsecutivos, referentes à notificação de irregularidades, definição e aplicação de penalidades e sanções administrativas.

- 97** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública constitui sanção, aplicável ao contratado, que não admite reabilitação.
- 98** O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, cuja aplicação pela administração pública implica renúncia à faculdade de rescindir unilateralmente o contrato.
- 99** Para fins de controle das despesas decorrentes dos contratos, a legislação aplicável confere ao órgão público contratante competência exclusiva para representar ao tribunal de contas na hipótese de ocorrência de irregularidades.
- 100** A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a dois anos pode ser aplicada aos profissionais que tenham sofrido condenação definitiva por praticar, de forma dolosa, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

PROVA DISCURSIVA P₃ — CONHECIMENTOS BÁSICOS

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₃ — CONHECIMENTOS BÁSICOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no espaço correspondente do **caderno de textos definitivos**.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

A promulgação da Lei do Pregão Eletrônico — Lei n.º 10.520/2002 — foi um dos maiores avanços em prol da redução dos preços nas compras realizadas pelo poder público. Embora sua aplicação não seja ampla e irrestrita, pois há situações às quais ela não se aplica, essa lei traz constantes benefícios à administração pública. Nesse contexto, considere a situação hipotética a seguir.

As comissões de licitação de dois órgãos públicos receberam de sua área de tecnologia da informação uma solicitação autorizada pela diretoria de cada órgão para contratar empresa a fim de desenvolver aplicativo de grande complexidade e absolutamente inovador, utilizando *software* de bancos de dados e de desenvolvimento de aplicativos existentes no mercado. Para tal contratação, a comissão do primeiro órgão optou por realizar pregão, e a do segundo considerou que a situação dispensava licitação, por entender que se tratava de caso de fornecedor exclusivo.

Redija um texto dissertativo a respeito da regularidade dos dois procedimentos de contratação descritos na situação hipotética acima. Ao elaborar seu texto, responda, de modo justificado, aos seguintes questionamentos.

- ▶ O órgão que realizou pregão agiu corretamente?
- ▶ O órgão que dispensou a licitação agiu corretamente?
- ▶ A partir do pressuposto de que os processos teriam sido regulares, seria o caso de fazer-se registro de preço da contratação?

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

A sujeição de todos os atos praticados ou de todas as atividades desenvolvidas pela administração pública a controle constitui garantia básica dos cidadãos, além de ser consequência direta e necessária da adoção da teoria da separação dos poderes. Além dessas duas vertentes, o controle da atividade administrativa deve ser igualmente considerado instrumento para a melhoria dos serviços prestados pelo Estado. A sujeição de todos os agentes públicos a diferentes mecanismos de controle contribui para a melhoria das tarefas por eles desenvolvidas.

Lucas Rocha Furtado. **Curso de direito administrativo**. Belo Horizonte: Forum, 2007, p. 1.052 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca dos sistemas de controle na administração pública, em conformidade com a Constituição Federal de 1988. Ao elaborar seu texto, discorra sobre os mecanismos de controle inseridos no ordenamento constitucional, abordando, necessariamente, a classificação doutrinária quanto aos seguintes aspectos:

- ▶ momento em que se realiza;
- ▶ órgãos responsáveis pelo seu exercício;
- ▶ natureza ou tipo de controle.

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	